



SIMULADO FINAL

Concurso Unificado RN

Assistente De Trânsito

Administração - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no **Concurso Unificado RN**, cargo de **Assistente de Trânsito**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Hnpx3e8obveFL2EM8>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4uiU8Uz>

CONHECIMENTOS COMUNS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Luiz Felipe

TEXTO PARA AS QUESTÕES 1 A 5

Nos últimos anos, a tecnologia passou a ocupar um espaço cada vez mais significativo na vida cotidiana. Se, por um lado, ela facilitou a comunicação e ampliou o acesso à informação, por outro, também trouxe desafios relacionados ao excesso de estímulos e à dificuldade de concentração. Muitas pessoas, acostumadas a alternar rapidamente entre telas, mensagens e conteúdos diversos, têm encontrado dificuldades para manter a atenção em atividades que exigem foco prolongado.

Esse cenário tem levado pesquisadores a discutir os impactos do uso excessivo de recursos digitais sobre habilidades cognitivas importantes, como a memória, a concentração e a capacidade de reflexão. Não se trata de afirmar que a tecnologia seja prejudicial em si mesma, mas de reconhecer que seu uso indiscriminado pode produzir efeitos negativos quando não há equilíbrio.

Diante disso, cresce a necessidade de desenvolver hábitos mais conscientes de uso, de modo que a tecnologia permaneça como instrumento de apoio, e não como fator de dispersão.

1. De acordo com as ideias do texto, assinale a alternativa correta.
 - a) O texto defende que a tecnologia é, por natureza, prejudicial ao desenvolvimento humano.
 - b) O texto sustenta que a tecnologia trouxe benefícios, mas seu uso excessivo pode gerar efeitos negativos.
 - c) O texto afirma que a tecnologia deve ser abandonada em atividades que exijam concentração.
 - d) O texto demonstra que os recursos digitais são os únicos responsáveis pela perda de memória.
 - e) O texto comprova que o uso da tecnologia reduz inevitavelmente a capacidade de reflexão.

2. No segundo parágrafo, a expressão “Não se trata de afirmar que a tecnologia seja prejudicial em si mesma” tem a função de
 - a) apresentar uma conclusão definitiva.
 - b) introduzir uma explicação causal.
 - c) fazer uma ressalva ao argumento anteriormente desenvolvido.
 - d) estabelecer uma comparação entre ideias opostas.
 - e) apresentar um exemplo concreto.
3. No trecho “Se, por um lado, ela facilitou a comunicação (...), por outro, também trouxe desafios”, a relação semântica estabelecida é de
 - a) adição.
 - b) conclusão.
 - c) contraste.
 - d) explicação.
 - e) finalidade.
4. No texto, a palavra “Esse” em “Esse cenário tem levado pesquisadores...” é um pronome demonstrativo empregado para
 - a) antecipar uma informação que será apresentada posteriormente.
 - b) indicar uma pessoa determinada no discurso.
 - c) retomar uma ideia anteriormente mencionada.
 - d) marcar uma relação de posse.
 - e) substituir um termo de valor adverbial.
5. Quanto à tipologia predominante, o texto é classificado como
 - a) narrativo, por relatar acontecimentos em sequência temporal.
 - b) descritivo, por caracterizar detalhadamente elementos concretos.
 - c) injuntivo, por apresentar instruções diretas ao leitor.
 - d) dissertativo-argumentativo, por expor e discutir uma ideia com posicionamento reflexivo.
 - e) dialogal, por apresentar interlocução explícita.

- 6.** Assinale a alternativa em que o termo QUE exerce a função de pronome relativo.
- a) Espero que todos compareçam à reunião.
 - b) Disse que chegaria cedo.
 - c) É necessário que você estude mais.
 - d) O livro que comprei ontem já foi lido.
 - e) Quero que ele participe.
- 7.** Assinale a alternativa em que o SE funciona como índice de indeterminação do sujeito.
- a) Vendem-se apartamentos na praia.
 - b) Precisa-se de funcionários experientes.
 - c) O menino feriu-se durante o jogo.
 - d) Ela se arrependeu da decisão.
 - e) Alugam-se casas mobiliadas.
- 8.** Assinale a alternativa em que o emprego da crase está correto.
- a) Refiro-me à pessoas comprometidas.
 - b) Chegaremos à Brasília amanhã.
 - c) Entreguei o documento à diretora.
 - d) Ele foi à pé para casa.
 - e) Ficou frente à frente com o adversário.
- 9.** Assinale a alternativa em que a pontuação está correta.
- a) Os alunos que estudaram passaram, porém alguns não compareceram.
 - b) Os alunos, que estudaram passaram porém alguns não compareceram.
 - c) Os alunos que estudaram, passaram porém, alguns não compareceram.
 - d) Os alunos que estudaram passaram porém, alguns não compareceram.
 - e) Os alunos que estudaram passaram porém alguns, não compareceram.
- 10.** Assinale a alternativa em que a ortografia está correta.
- a) Exceção – privilégio – empecilho
 - b) Exessão – privilégio – empecílio
 - c) Excessão – privilégio – empecilho
 - d) Exceção – previlégio – empecilho
 - e) Exceção – privilégio – impecilho
- 11.** Assinale a alternativa em que a concordância verbal está correta.
- a) Fazem dois anos que ele saiu.
 - b) Houveram muitos problemas ontem.
 - c) Devem haver soluções possíveis.
 - d) Existe muitas razões para isso.
 - e) Faz dois anos que ele saiu.
- 12.** Assinale a alternativa em que a regência verbal está correta.
- a) Assisti o filme ontem.
 - b) Prefiro mais estudar do que trabalhar.
 - c) Obedeceu o regulamento interno.
 - d) Aspiramos a dias melhores.
 - e) Cheguei no trabalho cedo.
- 13.** Assinale a alternativa em que o verbo está empregado corretamente quanto ao tempo e modo.
- a) Se ele vir ontem, falaria comigo.
 - b) Quando ele chegar, avisarei todos.
 - c) Se eu saber disso, teria evitado.
 - d) Caso ele veio, conversaremos.
 - e) Quando ele chegasse, avisarei.

14. Assinale a alternativa em que a colocação pronominal está correta segundo a norma-padrão.

- a) Me disseram a verdade.
- b) João tinha emprestado-me o livro.
- c) Não disseram-me o resultado.
- d) Sempre me disseram a verdade.
- e) Entregarei-lhe-ei o documento.

15. Assinale a alternativa em que o emprego da palavra QUE está corretamente classificado quanto à sua função no contexto.

- a) **Que** você consiga seus objetivos é o que todos desejam. (*conjunção integrante*)
- b) O livro **que** está sobre a mesa é meu. (*conjunção integrante*)
- c) Foi tão intensa a chuva **que** as ruas alagaram. (*pronome relativo*)
- d) Há pessoas **que** sempre reclamam de tudo. (*conjunção integrante*)
- e) Ele é mais dedicado **que** o irmão. (*pronome relativo*)

HISTÓRIA DO RN E ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RN

Marco Túlio

16. No século XVI, a administração da Coroa portuguesa buscou consolidar sua presença na Capitania do Rio Grande diante de ameaças externas e da resistência local. Com base no processo de ocupação e exploração inicial desse território, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação correta.

- a) A forte resistência dos indígenas potiguares, aliados dos franceses no escambo do pau-brasil, barrou as primeiras expedições de colonização.
- b) O donatário João de Barros estabeleceu-se de forma definitiva na região em 1535, após descobrir grandes minas de ouro no rio Ceará-Mirim.

c) A Coroa confiscou imediatamente as terras da capitania logo após o trágico falecimento do capitão Aires da Cunha no litoral maranhense.

d) O navegador Jean Jacques Riffault liderou a expedição dos filhos de João de Barros para garantir o monopólio da Coroa sobre o rio Potengi.

e) O abandono da Capitania pelos seus administradores inviabilizou o desenvolvimento de atividades econômicas na região até a sua transformação em capitania régia.

17. No período colonial, a administração da Capitania do Rio Grande estruturou mecanismos para gerenciar a arrecadação de tributos e garantir a defesa territorial. A respeito do funcionamento da fiscalidade e da Provedoria da Fazenda Real nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta uma informação correta.

a) O almoxarife exercia a função de registrar as atividades nos livros oficiais e mediar os lances nos autos de leilão público.

b) A arrecadação do dízimo colonial incidiu de forma equilibrada entre as elites e as camadas populares, sem privilégios locais.

c) A Coroa extinguiu as zonas fiscais das ribeiras no século XVIII para centralizar os tributos na recém-criada Junta da Fazenda.

d) A cobrança tributária era terceirizada para particulares por meio de contratos arrematados por quem oferecesse o maior lance.

e) Os recursos obtidos com o dízimo da pecuária priorizaram a construção de novos engenhos reais na foz sul do rio Trairi.

- 18.** Em 1875, a cidade de Mossoró foi palco do Motim das Mulheres, um dos episódios mais marcantes da resistência popular no Brasil Império. O movimento reuniu centenas de manifestantes nas ruas e alterou os rumos da política local. Sobre a principal motivação desse levante oitocentista, assinale a alternativa correta.
- a) As manifestantes buscavam a conquista do sufrágio feminino e o direito de representação política nas câmaras da província.
 - b) O levante ocorreu devido à imposição governamental do novo sistema métrico decimal e de impostos sobre mercadorias.
 - c) O grupo exigia a destituição imediata do Visconde do Rio Branco após as graves denúncias de corrupção em seu gabinete.
 - d) O protesto visava impedir a aplicação do decreto imperial que instituía o alistamento e o recrutamento militar obrigatório.
 - e) A revolta eclodiu em meio à Guerra do Paraguai, em resposta às práticas violetas de convocação pelo governo imperial.
- 19.** O Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), em Parnamirim, tornou-se um marco do programa espacial brasileiro desde a década de 1960. Sobre sua criação, importância histórica e atividades aeroespaciais, assinale a alternativa correta.
- a) O CLBI foi construído durante a Segunda Guerra Mundial para apoiar operações militares norte-americanas em Natal.
 - b) O primeiro foguete lançado no CLBI foi o Sonda IV, veículo brasileiro desenvolvido para missões orbitais tripuladas.
 - c) A Barreira do Inferno recebeu esse nome devido às altas temperaturas registradas nas operações de lançamento espacial.
 - d) O CLBI atua apenas em treinamentos militares internos, sem participação em projetos científicos ou rastreios espaciais.
 - e) O CLBI realizou o primeiro lançamento de foguete do Brasil, o Nike Apache, em 1965, em Parnamirim.
- 20.** Durante a Segunda Guerra Mundial (1937-1945), a cidade de Natal recebeu a alcunha de Trampolim da Vitória diante de seu papel crucial e estratégico no conflito. Acerca desse contexto na região, considere a afirmativa correta.
- a) A criação da base de Parnamirim Field foi estimulada pela neutralidade brasileira na guerra, o que permitiu a continuidade do livre-trânsito de aeronaves estrangeiras no local.
 - b) O aumento do custo de vida e das habitações, decorrente da permanência de soldados estadunidenses na capital, foi amplamente denunciado pela imprensa naquele período.
 - c) A localização geográfica do Rio Grande do Norte viabilizou o controle do Atlântico Sul e o envio rápido de aeronaves para o front africano.
 - d) A Conferência de Potengi representou o rompimento do governo brasileiro com os países do Eixo, determinando o envio imediato de soldados americanos para a Europa.
 - e) A presença militar norte-americana contribuiu para a modernização da infraestrutura da capital potiguar, introduzindo suas primeiras bases aéreas e voos comerciais.

HISTÓRIA DO RN E ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RN

Priscila Lima

21. A fruticultura irrigada é uma das atividades mais dinâmicas da economia potiguar, articulando produção agrícola, logística e exportação. Considerando a espacialização dessa atividade no território do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta.

- a) A produção irrigada concentra-se principalmente no litoral oriental, em municípios da Região Metropolitana de Natal, com destaque para banana e cana-de-açúcar.
- b) Os polos da Chapada do Apodi e do Vale do Açu destacam-se na produção dos “4 Ms” — melão, melancia, manga e mamão — utilizando sistemas tecnificados e forte integração logística.
- c) A fruticultura comercial potiguar ocorre sobretudo no Seridó, em áreas de agricultura de sequeiro e baixa dependência de irrigação artificial.
- d) O principal núcleo frutícola do estado localiza-se no Alto Oeste, em pequenas propriedades familiares voltadas exclusivamente ao mercado regional.
- e) A produção irrigada do RN depende principalmente de áreas úmidas do litoral sul, onde predominam cultivos tradicionais de baixa tecnificação.

22. A exploração de petróleo e gás natural possui importância histórica para a economia do Rio Grande do Norte. Sobre a organização espacial dessa atividade, assinale a alternativa correta.

- a) A produção concentra-se principalmente na Região Metropolitana de Natal, em campos marítimos próximos ao litoral oriental.
- b) A exploração potiguar ocorre sobretudo no Seridó, em áreas cristalinas associadas à mineração metálica tradicional.
- c) A atividade petrolífera distribui-se de forma homogênea pelo território estadual, sem concentração regional significativa.

d) O núcleo produtor está associado à Bacia Potiguar, com destaque para áreas do norte e oeste do estado e predominância histórica de campos onshore.

e) A produção estadual depende majoritariamente de plataformas offshore profundas situadas distantes da costa norte potiguar.

23. A indústria salineira potiguar possui grande relevância econômica e territorial. Considerando sua organização espacial e logística, assinale a alternativa correta.

- a) A produção salineira concentra-se no litoral oriental úmido, próximo à capital estadual, onde predominam salinas artesanais.
- b) O RN depende de portos de outros estados para escoar sua produção salineira, devido à ausência de infraestrutura portuária especializada.
- c) A produção de sal marinho está associada à Costa Branca, com destaque para Areia Branca, Macau e Mossoró, além do papel estratégico do Porto-Ilha.
- d) As principais salinas do estado localizam-se no Seridó, aproveitando a baixa umidade e os reservatórios do interior semiárido.
- e) O domínio potiguar na produção de sal resulta principalmente da mecanização industrial, tendo pouca relação com fatores naturais.

24. O Rio Grande do Norte destaca-se nacionalmente na geração de energia eólica. Sobre essa atividade, assinale a alternativa correta.

- a) A geração eólica potiguar concentra-se no litoral oriental úmido, em municípios ligados à Região Metropolitana de Natal.
- b) O estado apresenta baixa participação da energia eólica, predominando pequenas usinas solares dispersas pelo território.
- c) A produção eólica estadual depende principalmente de plataformas offshore profundas já consolidadas no litoral norte.
- d) Municípios como Serra do Mel, João Câmara e Parazinho destacam-se na geração eólica onshore, favorecida por ventos fortes e constantes.
- e) A expansão eólica potiguar ocorre principalmente em áreas florestais densas do interior sul, onde há maior umidade atmosférica.

25. O turismo constitui uma das atividades mais importantes do setor terciário potiguar, articulando serviços, infraestrutura e valorização das paisagens naturais do litoral. A atividade apresenta forte concentração espacial e influencia diretamente a dinâmica econômica de diversos municípios do estado. Considerando a organização territorial do turismo no Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta.

- a) O principal eixo turístico do estado localiza-se no interior semiárido, com destaque para municípios do Seridó, onde predominam turismo de inverno e esportes de montanha.
- b) A atividade turística potiguar concentra-se principalmente no litoral oriental e no litoral sul, com destaque para Natal, Tibau do Sul e Extremoz, articulando praias, dunas e serviços urbanos.
- c) O turismo no RN organiza-se prioritariamente em torno de atividades industriais e de negócios, com reduzida importância das paisagens litorâneas para o fluxo de visitantes.
- d) A dinâmica turística estadual depende sobretudo do litoral setentrional salineiro, onde a presença de

salinas substitui a necessidade de infraestrutura hoteleira e serviços especializados.

- e) O turismo potiguar apresenta distribuição homogênea pelo território estadual, sem concentração em polos específicos nem relação significativa com atividades do setor de serviços.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Rodrigo Bet

26. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do RN, assinale a alternativa correta:

- a) O Código de Ética aplica-se exclusivamente aos agentes públicos da Administração Direta.
- b) A observância ao Código de Ética é facultativa para empregados de empresas contratadas pela Administração Pública.
- c) O Código de Ética alcança servidores, empregados públicos, estagiários, bolsistas e demais colaboradores que exerçam função pública.
- d) Os ocupantes de cargos em comissão estão excluídos das disposições éticas previstas no Código.
- e) O Código de Ética somente se aplica aos agentes públicos remunerados pelos cofres estaduais.

27. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do RN, assinale a alternativa correta:

- a) O Código de Ética tem como único objetivo estabelecer punições disciplinares aos servidores públicos estaduais.
- b) O Código de Ética busca assegurar apenas a imagem institucional da Administração Pública, sem considerar a reputação do servidor.
- c) As normas éticas previstas no Código aplicam-se exclusivamente ao exercício presencial das funções públicas.
- d) O Código de Ética impede que a sociedade avalie a atuação dos servidores públicos em ambientes particulares.
- e) Entre os objetivos do Código de Ética está fornecer parâmetros para que a sociedade possa aferir a integridade e a lisura da atuação dos servidores públicos civis do Poder Executivo Estadual.

28. De acordo com a Lei nº 11.902/2024, que dispõe sobre a prevenção e o enfrentamento ao assédio no âmbito do Poder Executivo do Estado do RN, assinale a alternativa correta:

- a) O assédio moral somente se caracteriza quando houver agressão física contra o servidor público.
- b) O assédio sexual exige contato físico direto entre o agente público e a vítima para sua configuração.
- c) A violência patrimonial não está incluída entre as formas de violência previstas na Lei.
- d) O assédio moral pode ocorrer por atos, gestos, palavras ou comportamentos abusivos, ainda que de maneira velada, capazes de causar danos à dignidade ou à integridade da pessoa.
- e) A discriminação no ambiente de trabalho não é considerada forma de violência pela Lei nº 11.902/2024.

29. De acordo com a Lei nº 11.902/2024 e as disposições acerca do CONSECORN, assinale a alternativa correta:

- a) O CONSECORN é composto exclusivamente por representantes da sociedade civil e do Poder Judiciário.
- b) Compete ao CONSECORN aplicar penalidades disciplinares diretamente aos servidores acusados de assédio.
- c) O colegiado possui competência para deliberar exclusivamente sobre casos de assédio sexual, não abrangendo violência laboral.
- d) As decisões do CONSECORN são tomadas por unanimidade absoluta de seus membros.
- e) Entre as competências do CONSECORN está uniformizar os entendimentos relacionados às situações apresentadas e emitir orientação técnica sobre os casos relacionados à matéria tratada.

30. Durante o expediente em uma repartição pública, um servidor utiliza o computador do órgão para divulgar mensagens ofensivas sobre colegas em um grupo aberto da internet.

Ao agir dessa forma, o servidor:

- a) exerce apenas sua liberdade de expressão, sem consequências administrativas.
- b) pratica conduta inadequada, podendo responder administrativamente.
- c) comete apenas uma falta moral, sem previsão legal.
- d) age corretamente por estar fora de atendimento ao público.
- e) pode ser punido somente se houver denúncia judicial.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL*João Trindade*

31. A Constituição de 1988 pode ser classificada, quanto à origem, à extensão e ao modo de elaboração, respectivamente, como:

- a) Dogmática, escrita e rígida.
- b) Promulgada, analítica e dogmática.
- c) Outorgada, analítica e dogmática.
- d) Promulgada, sintética e histórica.
- e) Promulgada, analítica e histórica.

32. Se Vanderson estiver sofrendo coação em sua liberdade de locomoção, de maneira ilegal, pode judicialmente socorrer-se da ação constitucional do(a):

- a) *habeas data*.
- b) *habeas corpus*.
- c) mandado de segurança.
- d) mandado de injunção.
- e) ação popular.

33. Assinale a única alternativa que NÃO elenca corretamente uma hipótese constitucional que autoriza a entrada no domicílio, independentemente da vontade do morador:

- a) para prestar socorro.
- b) em caso de flagrante delito.
- c) em caso de desastre.
- d) para cumprir mandado judicial.
- e) por ordem do Ministério Público.

34. Em relação aos Estados, assinale a alternativa errada:

- a) organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem.
- b) são a eles reservadas as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição.
- c) cabe a eles explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.
- d) podem, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes.
- e) são regidos por lei orgânica, votada em dois turnos pela Câmara Municipal.

35. Assinale a alternativa que descreve corretamente uma competência privativa da União:

- a) legislar sobre direito tributário.
- b) legislar sobre direito civil.
- c) instituir e manter o serviço de transporte urbano de passageiros.
- d) explorar o transporte intermunicipal.
- e) legislar sobre direito penitenciário.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

36. No que se refere ao princípio da legalidade, especialmente à distinção entre a atuação dos particulares e a atuação da Administração Pública, assinale a opção **correta**.
- a) O princípio da legalidade possui o mesmo conteúdo para particulares e para a Administração Pública, pois, em ambos os casos, somente é permitido agir quando houver autorização expressa e específica em lei.
 - b) Em relação aos particulares, o princípio da legalidade consagra a autonomia da vontade, permitindo a prática de todas as condutas que não sejam proibidas por lei; já em relação à Administração Pública, a atuação administrativa depende de autorização ou determinação legal.
 - c) Em razão do princípio da legalidade, a Administração Pública pode, por decreto autônomo de qualquer natureza, criar obrigações, impor multas e estabelecer proibições aos administrados, desde que a medida seja considerada conveniente ao interesse coletivo.
 - d) O princípio da legalidade impede qualquer forma de discricionariedade administrativa, pois a Administração Pública somente pode praticar atos totalmente vinculados, sem margem de escolha quanto à conveniência e oportunidade.
 - e) Medidas provisórias, estados de defesa e estados de sítio não representam qualquer mitigação ao princípio da legalidade, pois os particulares somente podem ser obrigados a fazer ou deixar de fazer algo por lei formal aprovada pelo Poder Legislativo
37. A respeito do princípio da impessoalidade, considerando o dever de tratamento isonômico, a vedação de promoção pessoal, os impedimentos administrativos e a imputação dos atos à pessoa jurídica, assinale a opção **correta**.
- a) O princípio da impessoalidade limita-se à proibição de promoção pessoal de agentes públicos em publicidade oficial, não abrangendo concursos públicos, licitações, suspeições ou impedimentos.
 - b) A Administração Pública pode conceder tratamento diferenciado a determinado administrado quando houver relação de amizade, confiança pessoal ou afinidade política entre o particular interessado e o agente responsável pela decisão.
 - c) A publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos pode conter nomes, símbolos ou imagens de autoridades, desde que a atuação do agente tenha sido decisiva para a realização da obra ou serviço divulgado.
 - d) Regras de suspeição e impedimento concretizam a impessoalidade, pois buscam afastar da atuação administrativa autoridades que tenham interesse direto ou indireto na matéria, vínculo pessoal relevante ou relação capaz de comprometer a imparcialidade da decisão.
 - e) O princípio da impessoalidade impede que os atos administrativos sejam imputados à pessoa jurídica, razão pela qual todo ato praticado pelo agente público deve produzir efeitos exclusivamente em nome da autoridade que o praticou

38. Em relação ao princípio da moralidade administrativa, especialmente à distinção entre moral comum e moralidade administrativa, à probidade e à vedação ao nepotismo, assinale a opção **correta**.

- a) A moralidade administrativa confunde-se integralmente com a moral comum, de modo que qualquer conduta socialmente reprovável praticada na vida privada do agente público sempre invalida o ato administrativo por ele praticado.
- b) A ofensa à moral comum nunca poderá repercutir na moralidade administrativa, pois os fatos da vida privada do servidor são absolutamente irrelevantes para a avaliação de sua conduta funcional.
- c) A moralidade administrativa possui conteúdo jurídico próprio, exige padrões objetivos de conduta dos administradores públicos e pode ensejar a anulação do ato pela própria Administração Pública ou pelo Poder Judiciário quando violada.
- d) A vedação ao nepotismo depende sempre de lei formal específica, pois os princípios da moralidade, impessoalidade e eficiência não possuem força suficiente para impedir nomeações de parentes no âmbito da Administração Pública.
- e) A Súmula Vinculante nº 13 alcança, sem qualquer exceção, todos os cargos existentes na Administração Pública, inclusive cargos políticos, sendo sempre inválida a nomeação de parente para Secretaria Estadual ou Municipal

39. Com base no princípio da publicidade, assinale a alternativa **correta**.

- a) A publicidade constitui elemento de formação do ato administrativo, de modo que a ausência de divulgação oficial impede a própria existência do ato e a publicação posterior é capaz de convalidar eventuais irregularidades praticadas pela Administração Pública.
- b) A divulgação de ato administrativo por meio de jornais, rádio, televisão ou outros veículos de imprensa substitui, como regra, a publicação no órgão oficial, especialmente quando a notícia alcançar ampla repercussão social e permitir que os administrados tomem conhecimento do ato.
- c) O princípio da publicidade tem caráter absoluto, razão pela qual todos os atos, processos e informações administrativas devem ser integralmente divulgados, ainda que estejam relacionados à segurança da sociedade, à segurança do Estado ou à intimidade dos interessados.
- d) Quando o ato administrativo for destinado à produção de efeitos externos, exige-se, em regra, publicação em órgão oficial ou instrumento equivalente; por outro lado, tratando-se de ato de efeitos meramente internos, e inexistindo exigência legal de publicação em Diário Oficial, pode ser suficiente a divulgação em boletim informativo interno.
- e) A divulgação nominal da remuneração bruta de agentes públicos em sítio eletrônico oficial é incompatível com o princípio da publicidade, pois a origem pública dos recursos utilizados para pagamento dos vencimentos não afasta a proteção integral da intimidade e da segurança privada dos servidores

40. No que se refere ao princípio da eficiência, assinale a alternativa **correta**.

- a) O princípio da eficiência, por ter sido incorporado expressamente ao art. 37 da Constituição Federal, autoriza a Administração Pública a relativizar a legalidade sempre que a medida administrativa adotada gerar economia de recursos, aumento de produtividade ou melhores resultados práticos.
- b) O princípio da eficiência incide apenas sobre órgãos e entidades administrativas, não atingindo diretamente os agentes públicos, motivo pelo qual não se relaciona com avaliação de desempenho, produtividade funcional ou aprimoramento da atuação dos servidores.
- c) A economicidade não se relaciona com a eficiência, pois aquela se limita ao controle contábil e financeiro das despesas públicas, enquanto esta se refere exclusivamente à rapidez do atendimento prestado pela Administração aos administrados.
- d) Eficiência, eficácia e efetividade são expressões equivalentes no Direito Administrativo, pois todas indicam, indistintamente, a obtenção de bons resultados pela Administração Pública, sem diferença relevante entre modo de atuação, meios empregados e objetivos alcançados.
- e) A eficiência administrativa exige atuação com presteza, perfeição e rendimento funcional, buscando o melhor desempenho possível dos agentes públicos e os melhores resultados na prestação dos serviços públicos, sem reduzir a Administração a uma atuação meramente formal

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

Alexandre Herculano

41. De acordo com o Art. 1º do Código de Trânsito Brasileiro, o trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código. É considerado trânsito para os efeitos do CTB.
- a) Apenas a circulação de veículos automotores em vias públicas.
 - b) A utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.
 - c) Somente a movimentação de pedestres e ciclistas em calçadas e ciclovias.
 - d) Apenas o estacionamento de veículos em áreas privadas.
 - e) A circulação de veículos em rodovias federais e estaduais.
42. O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT). Qual a responsabilidade primordial desses órgãos e entidades em relação a esse direito, conforme o Art. 1º, § 5º?
- a) Dar prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente.
 - b) Apenas fiscalizar o cumprimento das leis de trânsito.
 - c) Promover campanhas educativas esporádicas.
 - d) Somente regulamentar o uso das vias terrestres.
 - e) Responder objetivamente por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

43. O Sistema Nacional de Trânsito (SNT) é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. É finalidade principal do SNT, de acordo com o Art. 5º do CTB.

- a) Apenas fiscalizar o cumprimento das leis de trânsito e aplicar penalidades.
- b) Exclusivamente registrar e licenciar veículos e habilitar condutores.
- c) Coordenar as ações de segurança viária em nível municipal.
- d) Estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito e fiscalizar seu cumprimento.
- e) Exercer atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades.

44. Entre as normas gerais de circulação e conduta, o Art. 29 do CTB estabelece que a circulação de veículos nas vias terrestres abertas à circulação obedecerá a algumas regras. Trata-se de uma regra correta sobre a circulação.

- a) A circulação far-se-á pelo lado direito da via, admitindo-se as exceções devidamente sinalizadas.
- b) Em rotatórias, terá preferência de passagem aquele que estiver entrando na rotatória.
- c) Os veículos de menor porte são sempre responsáveis pela segurança dos de maior porte.
- d) A ultrapassagem de outro veículo em movimento deverá ser feita pela direita, exceto quando o veículo a ser ultrapassado estiver sinalizando o propósito de entrar à esquerda.
- e) O trânsito de veículos sobre passeios e calçadas é permitido para estacionamento em qualquer situação.

45. Em um cruzamento não sinalizado, quando veículos, transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem, qual a regra de preferência de passagem, conforme o Art. 29, inciso III, alínea 'a', do CTB?

- a) Terá preferência o veículo de maior porte.
- b) Terá preferência o veículo que vier pela esquerda do condutor.
- c) Terá preferência o veículo que estiver em maior velocidade.
- d) No caso de apenas um fluxo ser proveniente de rodovia, terá preferência aquele que estiver circulando por ela.
- e) A preferência será definida por quem buzinar primeiro.

46. Os veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os de fiscalização e operação de trânsito e as ambulâncias gozam de prioridade no trânsito. Quando esses veículos estiverem em serviço de urgência, com os dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação intermitente acionados, o que os pedestres devem fazer?

- a) Atravessar a via rapidamente para não atrapalhar.
- b) Aguardar no passeio e somente atravessar a via quando o veículo já tiver passado pelo local.
- c) Correr para o meio da rua para chamar a atenção do veículo de emergência.
- d) Ignorar, pois a prioridade é apenas para os veículos.
- e) Sinalizar para o veículo de emergência parar.

- 47.** Os crimes de Trânsito estão elencados no Código de Trânsito Brasileiro. Marque, dentre as opções abaixo, uma que não é crime.
- a) Trafegar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escolas, hospitais, estações de embarque e desembarque de passageiros, logradouros estreitos, ou onde haja grande movimentação ou concentração de pessoas, gerando perigo de dano.
 - b) Violar a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor imposta com fundamento neste Código.
 - c) Permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, com habilitação cassada ou com o direito de dirigir suspenso, ou, ainda, a quem, por seu estado de saúde, física ou mental, ou por embriaguez, não esteja em condições de conduzi-lo com segurança.
 - d) Dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de dano.
 - e) Inovar artificialmente, na pendência do respectivo procedimento policial preparatório, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, a fim de induzir a erro o agente policial, o perito ou o juiz.
- 48.** O Art. 34 do CTB orienta sobre a realização de manobras. Antes de iniciar qualquer movimento que implique em deslocamento lateral, como a mudança de faixa, o condutor deve:
- a) Apenas olhar pelo retrovisor e seguir em frente.
 - b) Indicar seu propósito de forma clara e com a devida antecedência, por meio da luz indicadora de direção de seu veículo, ou fazendo gesto convencional de braço.
 - c) Acelerar para realizar a manobra rapidamente.
 - d) Buzinar para alertar os outros condutores.
 - e) Esperar que a via esteja completamente vazia.
- 49.** Qual a infração e penalidade para o condutor que, ao realizar uma ultrapassagem, forçar passagem entre veículos que, transitando em sentidos opostos, estejam na iminência de passar um pelo outro.
- a) Infração gravíssima, com multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir.
 - b) Infração média, com multa.
 - c) Infração grave, com multa e retenção do veículo.
 - d) Infração leve, com advertência por escrito.
 - e) Infração gravíssima, com multa (cinco vezes) e recolhimento da CNH.
- 50.** De acordo com o Art. 165 do CTB, dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência é uma infração. Qual a penalidade e medida administrativa para essa infração?
- a) Infração média, multa e retenção do veículo.
 - b) Infração grave, multa e recolhimento da CNH.
 - c) Infração gravíssima, multa (cinco vezes) e apreensão do veículo.
 - d) Infração gravíssima, multa (dez vezes), suspensão do direito de dirigir e recolhimento da CNH.
 - e) Infração leve, advertência por escrito e remoção do veículo.
- 51.** Trata de uma infração e penalidade para o condutor que deixar de usar o cinto de segurança.
- a) Infração leve, com advertência por escrito.
 - b) Infração média, com multa.
 - c) Infração gravíssima, com multa e suspensão do direito de dirigir.
 - d) Infração gravíssima, com multa (cinco vezes).
 - e) Infração grave, com multa e retenção do veículo até colocação do cinto pelo infrator.

52. Estacionar o veículo na pista de rolamento das estradas, das rodovias, das vias de trânsito rápido e das vias dotadas de acostamento é considerado, de acordo com o Art. 181, inciso V, do CTB, uma infração de que natureza e qual a medida administrativa cabível?

- a) Infração leve, com remoção do veículo.
- b) Infração média, com multa e remoção do veículo.
- c) Infração grave, com multa e retenção do veículo.
- d) Infração gravíssima, com multa e remoção do veículo.
- e) Infração média, com apenas multa.

53. Em relação à ultrapassagem, o Art. 29, inciso IX, do CTB determina que a ultrapassagem de outro veículo em movimento deverá ser feita pela esquerda. Trata-se de uma exceção a essa regra:

- a) Quando o veículo a ser ultrapassado estiver sinalizando o propósito de entrar à direita.
- b) Quando o veículo a ser ultrapassado estiver em baixa velocidade.
- c) Quando o condutor estiver em uma via de mão única.
- d) Quando o veículo a ser ultrapassado estiver sinalizando o propósito de entrar à esquerda.
- e) Nunca há exceção, a ultrapassagem é sempre pela esquerda.

ADMINISTRAÇÃO

Elisabete Moreira

54. Na gestão de uma autarquia do estado do Rio Grande do Norte, o administrador depara-se com a necessidade de assegurar que os resultados operacionais do trimestre estejam rigorosamente de acordo com as metas traçadas. Segundo a literatura clássica de Administração, o processo de controle envolve quatro fases sequenciais e interligadas. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a fase do controle diretamente responsável por verificar se os desvios ou variações estão dentro de uma margem de tolerância previamente aceita.

- a) Estabelecimento de padrões ou critérios de avaliação.
- b) Observação e mensuração do desempenho atual.
- c) Comparação do desempenho real com o padrão estabelecido.
- d) Tomada de ação corretiva para sanar o erro.
- e) Retroação das informações para a formulação de um novo planejamento estratégico.

55. Ao reestruturar a Secretaria da Administração, visando a melhoria da especialização de suas atividades internas, o gestor público decidiu agrupar os especialistas sob uma chefia comum, baseando-se nas habilidades e rotinas administrativas de cada área. Nesse caso, o tipo de departamentalização adotado e uma de suas principais desvantagens são, respectivamente:

- a) por processos; subordinação múltipla que gera conflitos de comando.
- b) funcional; forte tendência à perda da visão global da organização.
- c) matricial; dificuldade de coordenação interdepartamental.
- d) por clientela; ineficiência no uso de recursos e perda de economia de escala.
- e) funcional; alta flexibilidade que pode gerar instabilidade.

56. Durante uma reunião estratégica em um órgão público, um gestor, ao apresentar um relatório de inconformidade ao diretor da área de Tecnologia da Informação, utilizou termos altamente técnicos e acrônimos tributários, que fez com que o diretor não compreendesse o problema, em razão da barreira:

- a) psicológica.
- b) física.
- c) fisiológica.
- d) semântica.
- e) hierárquica.

57. A melhoria contínua, operacionalizada por meio do ciclo PDCA, é um dos princípios fundamentais da Gestão da Qualidade aplicados à Administração Pública para a otimização do atendimento ao cidadão. Considerando a execução dessa ferramenta, na etapa "C" - *Check*, a ação primordial a ser executada consiste em:

- a) desenhar o fluxograma do processo atual e definir as metas de desempenho a serem alcançadas.
- b) educar e treinar a equipe operacional para a execução das novas rotinas administrativas.
- c) avaliar e mensurar os resultados efetivamente alcançados em relação às metas previamente fixadas.
- d) padronizar as atividades que obtiveram êxito e documentar o processo para toda a organização.
- e) executar o plano de ação desenhado de forma piloto para testar sua viabilidade prática.

ARQUIVOLOGIA

Ricardo Campanário

58. O arquivo constituído de documentos que perderam o valor administrativo, mas que devem ser preservados definitivamente em função de seu valor histórico, probatório e informativo para a sociedade, é o:

- a) Arquivo Intermediário.
- b) Arquivo Corrente.
- c) Arquivo Permanente.
- d) Arquivo Setorial.
- e) Arquivo de Custódia.

59. A atividade de protocolo que consiste na atribuição de um número sequencial e data a um documento, visando oficializar sua existência na instituição e permitir seu rastreamento, é o:

- a) Recebimento.
- b) Registro.
- c) Expedição.
- d) Arquivamento.
- e) Despacho.

60. A atividade de destinação de documentos, que ocorre após a fase de avaliação, resulta em duas possibilidades principais para o documento:

- a) Digitalização ou Digitação.
- b) Protocolo ou Tramitação.
- c) Classificação ou Indexação.
- d) Restauração ou Higienização.
- e) Eliminação ou Guarda Permanente.

REDAÇÃO OFICIAL*Patrícia Manzato*

61. Conforme as normas do Manual de Redação da Presidência da República (2018), assinale a alternativa que apresenta a frase mais adequada simultaneamente aos princípios de clareza, impessoalidade e uso prioritário da ordem direta, sem comprometer a precisão terminológica típica dos atos oficiais.

- a) Considerando-se o desiderato de subsidiar ulterior deliberação administrativa, encaminham-se, por meio deste expediente, as peças instrutivas colacionadas pela equipe técnica.
- b) Encaminhamos, para apreciação posterior, documentos que poderão vir a auxiliar na tomada de decisão, caso Vossa Senhoria considere necessário.
- c) São encaminhados os documentos solicitados, elaborados pela equipe técnica, para subsidiar a decisão administrativa sobre o processo.
- d) Encaminho os documentos elaborados pelo setor técnico, os quais, conforme avaliação preliminar, poderão gerar importantes reflexões a respeito do processo.
- e) Solicita-se que sejam analisados, com a brevidade possível, os documentos ora anexados, cuja complexidade demanda exame acurado por especialista.

62. Com base no Manual de Redação da Presidência da República e nas normas sobre comunicações oficiais, assinale a alternativa correta acerca do emprego de pronomes de tratamento, vocativos e fechos em documentos administrativos.

- a) O fecho “Atenciosamente” deve ser utilizado exclusivamente quando o destinatário ocupa posição hierárquica superior à do signatário, sendo inadequado em comunicações horizontais.
- b) Em comunicações dirigidas a ministros de Estado, o pronome de tratamento adequado é “Vossa Excelência”, mas o vocativo deve ser simplificado

para “Senhor Ministro” para atender às diretrizes de linguagem simples.

- c) O emprego do pronome “Vossa Senhoria” é obrigatório em qualquer comunicação dirigida a servidor ocupante de cargo comissionado, independentemente da natureza da função desempenhada.
- d) O vocativo “Prezada Senhora” deve ser evitado em comunicações formais dirigidas a particulares, pois não atende à recomendação de impessoalidade prevista no Manual de Redação.
- e) O fecho “Respeitosamente” é adequado quando o destinatário encontra-se em posição hierárquica superior ao signatário, independentemente do Poder a que pertença, mantendo coerência com as regras de tratamento.

AFO*Leandro Ravyelle*

63. Durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual de determinado município para o exercício de 2026, o Poder Executivo incluiu, além da previsão de receitas e da fixação de despesas, dispositivo determinando novas regras para o horário de tráfego em rodovias com maior fluxo durante o horário comercial. Ao analisar o projeto, a assessoria legislativa apontou que tal conteúdo era estranho à matéria orçamentária e somente poderia constar de lei própria.

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, o princípio orçamentário violado na situação descrita é o da:

- a) Anualidade.
- b) Universalidade.
- c) Exclusividade.
- d) Orçamento bruto.
- e) Unidade.

64. Durante a elaboração da proposta orçamentária de uma autarquia estadual, a equipe técnica identificou dotações destinadas à manutenção de serviços administrativos já existentes, incluindo pequenos reparos, conservação de instalações e adaptação de salas em imóvel público já utilizado pela entidade.

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, essas dotações devem ser classificadas como:

- a) Transferências Correntes.
- b) Despesas de Custeio.
- c) Subvenções Sociais.
- d) Inversões Financeiras.
- e) Subvenções Econômicas.

65. Durante a capacitação de servidores da área orçamentária de um município, discutiu-se a classificação legal das receitas públicas prevista na Lei nº 4.320/1964. Um dos servidores observou que, antes de identificar se a receita decorre de tributos, patrimônio, serviços, operações de crédito ou alienação de bens, é necessário reconhecer sua classificação mais ampla, conforme a categoria econômica definida no art. 11 da referida lei.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, as receitas públicas, quanto à categoria econômica, classificam-se em:

- a) Receitas ordinárias e extraordinárias.
- b) Receitas tributárias, patrimoniais e industriais.
- c) Receitas correntes e receitas de capital.
- d) Receitas diretas e indiretas.
- e) Receitas vinculadas e não vinculadas.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
